



N.º 6

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2003**

Aos vinte dias do mês de Dezembro de dois mil e três reuniu, pelas quinze horas e quinze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Informação do Sr. Presidente da CME sobre a actividade do Município bem como da situação financeira do mesmo;**
2. **Deliberação sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2004;**
3. **Deliberação sobre o Protocolo de Delegação de Competências da CME para as Juntas de Freguesia, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;**
4. **Deliberação sobre a proposta de alteração às Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis, Conforme o Decreto-lei n.º287/2003, de 12 de Novembro;**
5. **Deliberação sobre a Alteração do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público no Concelho de Évora;**
6. **Informação da CME relativa à celebração do Protocolo de Promessa de transferência de bens imóveis e respectivos direitos e obrigações propriedade do IGAPHE para o Município de Évora;**
7. **Eleição de um presidente de junta de freguesia para representação das freguesias do concelho no Conselho Municipal de Educação, nos termos da Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto;**
8. **Deliberação para autorizar a CME a celebrar com o Instituto Nacional de Habitação um Contrato Promessa de Compra e Venda de 18 fogos, sítos na Praça das Coronheiras/Bairro do Bacelo;**
9. **Deliberação para autorizar a CME a celebrar com o Instituto Nacional de Habitação um Contrato Promessa de Compra e Venda de 16 Fogos, sítos na Horta das Figueiras.**

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A Câmara Municipal esteve representada pelo seu Presidente, José Ernesto Oliveira, e pelos Vereadores Fernanda Ramos, Miguel Lima, João Libório, Jorge Pinto, Clara Grácio e Carlos Reforço.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberta a sessão, o Sr. Presidente anunciou que já havia um pedido para uso da palavra.

Assim, o respectivo interessado, Sr. Lino de Carvalho, declarou: *“Como hoje decorre o encerramento das comemorações dos 800 anos do Foral de Montemor-o-Novo, com a presença do Sr. Presidente da República, nas quais eu vou participar na qualidade de deputado, é só para informar que cerca das 16,00 horas terei que abandonar os trabalhos da Assembleia, pelo que, desde já, peço desculpa”*.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROJECTO DE ACTA

O Sr. Presidente colocou à ponderação do colectivo o projecto de acta:

- N.º 5 DA SESSÃO DE 27 DE SETEMBRO DE 2003

O Sr. João Ricardo sugeriu a seguinte alteração:

- Pág. 22 – 10ª linha – Substituir «têm» por «tiveram»;

O Sr. Nuno Lino propôs a seguinte modificação:

- Pág. 19 – 34ª linha – Intercalar «um» entre «foi» e «evento».

Não querendo mais alguém pronunciar-se sobre o documento, o Sr. Presidente pô-lo à votação, tendo em conta as correcções formuladas, o qual foi aprovado por maioria, com nove abstenções, sendo duas do PSD, três do PS e quatro da CDU.

Em continuação dos trabalhos, tomou a palavra o Sr. João Valverde que expressou: *“Como é sabido, há já 15 anos que não se disponibilizam terrenos para construção na Freguesia de Nª Sra. da Tourega, sendo que os jovens se sentem cada vez mais desmorcidos porque querem edificar as suas casas e não o podem fazer. Dado que é de meu conhecimento que a Câmara já entregou na CCRA,*

Acta n.º 6 da sessão ordinária de 20 de Dezembro de 2003

2



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

em Fevereiro p. p., o Plano de Urbanização de Évora, para ser aprovado pelo Governo, eu gostaria que o Executivo me informasse se já tem alguma novidade sobre a matéria”.

Por sua vez, a Sra. D. Luísa Baião asseverou: *“Eu gostaria de pôr à consideração do plenário um voto de pesar pelo falecimento do nosso amigo Cónego Filipe Figueiredo, tendo eu feito chegar à Mesa fotocópias para distribuir pelos outros membros, pelo que eu pergunto ao Sr. Presidente se me permite agora fazer a leitura do documento” ?*

Então, o Sr. Presidente clarificou: *“Entraram na Mesa várias moções e o voto de pesar, que recebeu o n.º 4, pelo que será apresentado em devido tempo”.*

Respondendo à questão colocada pelo Sr. João Valverde, o Sr. Presidente da CME esclareceu: *“Desde Fevereiro que está entregue na CCRA a documentação fundamental inerente à fase de discussão da proposta de revisão do Plano Director Municipal, à qual se seguiu a imprescindibilidade de haver a emissão de um parecer da parte da Comissão Técnica de Acompanhamento e, secundariamente, as respostas necessárias ao mesmo, o que ocorreu só em Setembro. A partir dessa data tem existido troca de correspondência entre os serviços da Direcção Regional do Ordenamento do Território e da CME, estando agendada uma reunião para o dia 9 de Janeiro/04, que gostaríamos que fosse conclusiva.*

Deve a A. M. ficar informada que na nossa proposta todas as freguesias rurais têm os seus perímetros urbanos revistos, de modo a possibilitar a expansão da construção de habitação.

Sem que a Comissão Mista de Acompanhamento emita parecer favorável à proposta, o debate público da mesma não pode ser aberto. No nosso calendário, que foi concertado com o Sr. Director Regional do Ordenamento do Território, prevemos que na próxima reunião da Comissão Mista possa estar em condições de produzir parecer favorável e que o debate público ocorra durante os meses de Janeiro e Fevereiro/04. Findo o debate público, o processo volta à edilidade para introduzir os elementos que tenham sido proporcionados pelo mesmo, vindo depois à A. M. e depois de aprovado por esta será enviado para promulgação pelo Governo em Diário da República. Isto permitir-nos-á pensar realisticamente que durante o 1º semestre do próximo ano tenhamos o nosso PDM aprovado, bem como os Planos de Urbanização das Freguesias”.

Posto isto, o Sr. Presidente enunciou: *“Fui contactado, a semana passada, pela Administração da Fundação Eugénio de Almeida manifestando grande pena pelo facto de esta sessão coincidir com um acto solene que hoje decorre, que consiste na inauguração dum busto do Conde de Vilalva frente ao edifício do antigo Palácio da Inquisição. Eu expliquei que as reuniões foram programadas com um ano de antecedência, tendo a Fundação argumentado: «Mas os senhores não poderiam suspender um pouco os trabalhos e associarem-se ao acto» ? Eu, perante essa sugestão, tomei a liberdade de contactar os líderes das diferentes bancadas no sentido de avaliar a anuência de nós, por volta das 16,00 horas, interrompermos a sessão por meia hora e associarmo-nos todos, com o Sr. Presidente da Câmara, à cerimónia. Foi-me dada «luz verde» por parte de todas as bancadas, mas, de qualquer modo, não quero deixar de colocar à consideração do colectivo esta questão”.*

“A bancada do PS está completamente de acordo com a sugestão do Sr. Presidente, atendendo ao papel determinante que o Conde de Vilalva teve na institucionalização da Universidade de Évora e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

à função de relevo que a Fundação Eugénio de Almeida tem na cidade e na região”, afirmou o Sr. Bravo Nico.

O Sr. Acácio Alferes salientou: *“Concordo com a proposta avançada.*

Por outro lado, queria pôr à ponderação da Assembleia o seguinte: vai haver hoje também, cerca das 18,00 horas, na Praça de Giraldo, uma acção de sensibilização a favor da Paz e da Solidariedade no Mundo, sob o patrocínio da Cáritas Diocesana de Évora. Eu propunha que se fizesse uma interrupção de 5 minutos para a AME poder estar presente em força nesse acto”.

Face ao exposto, o Sr. Jorge Lourido comentou: *“A nossa bancada, contactada pelo Sr. Presidente, mostrou-se disponível, excepcionalmente, para se fazer a suspensão dos trabalhos. Parece-me é que se fizermos um interregno às 16,00 horas ele estender-se-á até às 17,00 horas e já não vale a pena irmos aqui, porque depois é para irmos para a Praça de Giraldo. Então, o que eu alvitro é que a sessão da Assembleia seja mudada para outro dia. Doutra forma dificilmente conseguiremos dar conta dos trabalhos”.*

“Posso concluir, por esta intervenção, que existe consenso quanto à primeira interrupção e parece-me que não há anuência quanto à segunda. O que eu proporia, nesse caso, é que às 18,00 horas uma delegação da AME, eventualmente composta por 1 elemento de cada partido, assumisse a representação deste Órgão na iniciativa da Praça de Giraldo”, exprimiu o Sr. Presidente de imediato.

Voltando a usar da palavra, o Sr. Jorge Lourido acrescentou: *“Nós estamos disponíveis para participar na acção pela Paz, só que entendemos que dificilmente os trabalhos da Assembleia decorrerão se se fizer outra suspensão.*

Concordo com essa última alternativa, de que a representação deste Órgão seja efectuada mediante 1 elemento de cada força política”.

Passando à discussão das moções entradas na Mesa, o Sr. Presidente solicitou ao 1º subscritor do documento numerado com o algarismo 1, que tem como título «APOIO AO PAPEL DESEMPENHADO PELA CME E PELAS INSTITUIÇÕES E CIDADÃOS DO CONCELHO NO PROCESSO REIVINDICATIVO, COM ÊXITO, DA PASSAGEM DO TGV, COM PARAGEM EM ÉVORA», que o lesse.

O Sr. Bravo Nico leu a moção na globalidade, da qual se destaca o seguinte trecho: *“.....Durante o longo e constante processo de decisão que se verificou, a CME demonstrou determinação e sentido estratégico, tendo empreendido e liderado um conjunto de iniciativas que informaram, sensibilizaram e criaram as condições para a existência de um largo consenso entre a maioria das instituições e dos cidadãos eborenses acerca das oportunidades de desenvolvimento local e regional decorrentes da existencia desta importante estrutura ferroviária.....”.* Fica o documento apenso a esta acta, dela fazendo parte.



O Sr. Lino de Carvalho proferiu: “A nossa bancada é favorável ao facto de ter sido decidido que o TGV tenha um ponto de amarração em Évora, com tudo o que isso possa implicar de arrastamento no processo de crescimento e desenvolvimento económico, desde que o investimento que se vai fazer não esqueça a sua articulação com o sistema ferroviário tradicional e a necessidade de este ser recuperado.

Em todo o caso, os redactores da moção fizeram-na de modo a impossibilitar o nosso voto favorável, porque ela é, sobretudo, um elogio à actividade, ao desempenho profícuo da CME neste processo. Se o PS quisesse o voto positivo de todas as bancadas no apoio a uma decisão que poderia ter consenso, obviamente que devia ter redigido isto com outro cuidado político. Assim sendo, nós iremos abster-nos na votação”.

“A nossa posição é semelhante à da bancada da CDU, que tem a ver com o texto do documento, porque, na verdade, o dito é um louvor à actuação da Vereação, faltando nele um elogio ao Governo, visto que a decisão final foi do Executivo Central, o qual foi sensível ao trabalho da Câmara Municipal e deu ouvidos às preocupações da população de Évora, independentemente das cores políticas. Se a moção tivesse esta redacção nós votávamos favoravelmente. Assim também temos que nos abster”, frisou o Sr. Palma Rita posteriormente.

Voltando a intervir no debate, o Sr. Bravo Nico explicitou: “Respeito as opiniões diferentes em relação à proposta que apresento, sendo de minha ideia que a bancada do PSD tinha toda a liberdade de apresentar aqui uma moção que enaltescesse o papel do Governo português na decisão sobre o TGV”.

Dado que não se registaram mais inscrições, o Sr. Presidente colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com dezanove votos a favor, do PS, e quinze abstenções, sendo treze da CDU e duas do PSD.

Entretanto, o Sr. Presidente anunciou que iria propor no final da ordem do dia a programação das sessões ordinárias para o próximo ano, parecendo-lhe as datas mais adequadas as que se passam a relatar: 13 de Fevereiro, 17 de Abril, 5 de Junho, 25 de Setembro e 11 de Dezembro.

Seguiu-se um intervalo de 30 minutos.

Retomados os trabalhos, o Sr. Presidente convidou o 1º signatário da moção n.º 2, intitulada «PROTESTO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA EDP E PELA POLÍTICA DE DESPEDIMENTOS QUE TEM VINDO A PROSSEGUIR», a descrevê-la.

O Sr. Carlos Percheiro actuou em conformidade, sendo certo que ela começa assim: “Desde a sua privatização que a EDP vem degradando a qualidade do serviço prestado com o encerramento de postos de atendimento (até 2002 estimam-se em cerca de 200 os balcões encerrados), redução dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

piquetes de intervenção e conseqüente alargamento do tempo de resposta em situações de avaria e em geral desaceleração do investimento na manutenção e melhoria da rede de transporte e distribuição.....”. Fica o documento anexo a esta acta, a ela ficando a pertencer.

Não pretendendo alguém pronunciar-se acerca da moção, o Sr. Presidente pô-la à votação, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, do PS e da CDU, e dois votos contra do PSD.

Transitou-se depois para a moção n.º 3, que tem como título «CONTRA A DISCRIMINAÇÃO DO CONCELHO E DO DISTRITO DE ÉVORA NO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2004», tendo o Sr. Presidente solicitado ao seu 1º assinante que a apresentasse.

O Sr. Raimundo Cabral leu o documento na totalidade, que principia do seguinte modo: “*Como resultado das políticas de direita, o ano de 2003 caracterizou-se como um ano negro, sobretudo para os trabalhadores e para as famílias com baixos rendimentos: foi a diminuição do poder de compra, foi o aumento de desemprego e do trabalho precário; é a degradação dos serviços de saúde; o encerramento de escolas e estações de correios; o aumento das propinas, etc.*”. O documento em causa fica junto a esta acta, dela fazendo parte integrante.

Sobre esta matéria o Sr. Palma Rita disse: “*A posição do PSD é a de votar contra esta moção, não só porque a mesma é contra o Governo, mas também por conter algumas distracções em relação à questão dos investimentos, tanto assim que o O.G.E. para 2004 contempla para o distrito de Évora: o Arquivo Distrital, a construção do Tribunal Judicial, uma esquadra da PSP, a modernização e requalificação do actual Centro Regional de Saúde Pública, etc. É verdade que não aparece contemplado o novo Hospital Distrital, mas o mesmo está assegurado pelo Executivo Central e tem um calendário de execução*”.

Retorquindo ao depoimento do orador antecedente, o Sr. Raimundo Cabral sustentou: “*É evidente que alguns projectos estão considerados, mas, no que diz respeito ao campo da saúde, não se fala no novo Hospital Regional, de há muito prometido.*

No que se refere à Biblioteca Pública, não está perspectivada a edificação de uma nova unidade. O que se diz nesta moção é que as verbas não são suficientes para a execução de tais projectos. Pensamos que há muitos anos que se anda a prometer aos eborenses e ao povo da região a implementação destes projectos, que deveriam ter alguma prioridade na política do Governo”.

Contraopondo à argumentação do Sr. R. Cabral, o Sr. Palma Rita esclareceu: “*No OGE para 2004 estão inscritos 400.000 euros para a Biblioteca Pública de Évora e está programada a execução para 2005/6 dos restantes valores até 3.041.000 euros, ou seja, 600.000 cts para o empreendimento.*

Em relação ao novo hospital regional, é uma parceria público-privada, que tem a sua calendarização para ser lançada em 2005. Portanto, não pode aparecer no Orçamento para 2004”.



Em virtude de mais ninguém se ter inscrito para debater a 3ª moção, o Sr. Presidente colocou-a à votação, tendo ela sido aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, do PS e da CDU, dois votos contra do PSD e uma abstenção do PS.

Passou-se posteriormente ao documento n.º 4, um «VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO CÓNEGO FILIPE FIGUEIREDO», tendo o Sr. Presidente pedido à 1ª subscritora que o relatasse.

A Sra. D. Luísa Baião leu o texto por completo, destacando-se o seguinte trecho: “.....*Como Sacerdote, dedicado à acção de Deus na Terra, como homem, como professor, como missionário e como pessoa, fez sempre suas as justas mais nobres e o exemplo que foi a sua vida deveria guiarnos a todos.....*”. O papel fica apenas a esta acta, desta fazendo parte.

A Sra. D. Luísa Baião declarou ainda: “*Quem conheceu de perto o Padre Filipe sabe que não podemos dissociar todo o trabalho que ele fez na Igreja. Deixo, contudo, à consideração dos colegas se o 2º parágrafo deverá constar ou não no voto de pesar. De qualquer maneira, digo-lhes que eu fui sua aluna, com muito prazer, e pude privar com ele durante algum tempo e posso assegurar-lhes que aquilo que o Padre Filipe sempre fez foi colocar o indivíduo, enquanto pessoa, à frente de toda a sua conduta, independentemente do seu credo político*”.

O Sr. Jorge Lourido observou: “*Eu conheci bem o Padre Luís Figueiredo, que foi professor na escola onde eu lecciono agora. A meu convite, participou em diversas iniciativas no estabelecimento de ensino ligadas às questões do racismo e das minorias étnicas, sendo meu entendimento que a A. M. deverá associar-se a este voto de pesar. Creio, no entanto, que o 2º parágrafo poderia perfeitamente ser retirado, uma vez que eu penso que a Assembleia, como Órgão laico, devia enaltecer as suas qualidades enquanto homem, o seu serviço prestado à comunidade, à parte da inspiração divina que lhe adveio, que está aí referida. Eu votaria esta moção com muito mais à vontade e com mais satisfação sem o 2º parágrafo*”.

Falou depois o Sr. Presidente da CME, acentuando: “*Eu penso que a moção, se a sua promotora permite esta sugestão, deveria aludir à participação cívica do Sr. Cónego Filipe Figueiredo em variadíssimos movimentos, particularmente no Conselho Municipal de Segurança, de que era secretário*”.

Por sua vez, a Sra. D. M.^a Augusta Pereira realçou: “*Eu também conheci o Sr. Cónego e sei que, independentemente das atitudes que tomava enquanto pessoa, ele nunca se esquecia que era um homem de Deus e um sacerdote. Portanto, para nós é importante manter o 2º parágrafo na moção*”.

“*Algumas vezes, em conversas privadas, o Cónego F. Figueiredo dizia assim: «Eu e a inspiração divina que vem do meu Patrão».* Eu lembrei-me disso quando estava a escrever, mas estou completamente aberta à discussão”, explicou de imediato a Sra. D. Luísa Baião.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Então, o Sr. Presidente declarou: “Eu proponho que deixemos este ponto em aberto e que a Sra. D. Luísa, a Sra. D. M.^a Augusta e o Sr. J. Lourido se reunam à parte por breves momentos para tentarem elaborar um texto consensual, sem ferir as susceptibilidades religiosas de ninguém”.

“Para mim, o importante é sermos solidários com uma pessoa que tanto ajudou a nossa terra e eu estou completamente disponível ao diálogo”, asseverou a Sra. D. Luísa Baião logo após.

Voltando a intervir no debate, o Sr. Jorge Lourido argumentou: “Eu não pretendi, de maneira alguma, retirar intenção religiosa à actividade do Sr. Padre Filipe Figueiredo, sendo bom lembrar que ela aparece referenciada na moção noutras parágrafos”.

O Sr. Presidente insistiu na sua proposta, lembrando que o Sr. Presidente da CME fizera uma sugestão para se fazer referência ao papel do Sr. Cónego no Conselho Municipal de Segurança.

Os 3 eleitos atrás focados levantaram-se e foram-se reunir à parte para tentarem ajustar o texto do voto de pesar, dando o Sr. Presidente continuidade aos trabalhos, aludindo a uma proposta subscrita pelos membros da Mesa, que resultava de uma reunião que teve lugar ontem em Vila Viçosa, patrocinada pela ANMP, na qual participou o Sr. João Lázaro.

Tomando a palavra, o Sr. João Lázaro afirmou: *“Queria elucidar que os(as) Srs.(as) Jorge Lourido, Raimundo Cabral, Carlos Percheiro, Lino de Carvalho e Carmen Balesteros também subscreveram este documento.*

A ANMP está a organizar o seu XIV Congresso e decidiu realizar um conjunto de reuniões, nomeadamente a de Vila Viçosa, tendo sido a partir daí que nos pareceu oportuno formalizar a seguinte proposta: «Estivemos presentes na sessão preparatória do XIV Congresso da ANMP ocorrida no passado dia 19 de Dezembro de 2003, em Vila Viçosa, no âmbito da qual autarcas dos distritos de Évora e Portalegre tiveram oportunidade de reflectir e debater algumas questões relacionadas com os três grandes temas mobilizadores do Congresso: Financiamento e Poder Local, Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território e Organização do Estado e do Poder Local.

Para além dos temas referenciados, o XIV Congresso da ANMP debruçar-se-á ainda sobre as problemáticas do Turismo no Poder Local e Protecção Civil.

Os autarcas presentes, sem excepção, consideraram da maior importância para o futuro do Poder Local em Portugal o aprofundamento do debate no âmbito de cada município, muito em particular em torno dos três grandes temas organizadores do Congresso.

Assim, por concordarmos com o sentido das preocupações que, entretanto, foram equacionadas na reunião de Vila Viçosa e, nomeadamente, com a necessidade de aprofundamento do debate centrado naquelas matérias entre os autarcas do concelho de Évora, propomos a convocação duma sessão extraordinária da AME, a realizar no próximo mês de Janeiro/04, tendo como ponto único da ordem de trabalhos, e a partir dos documentos de referência disponibilizados pela ANMP à AME, Debater



o Financiamento do Poder Local, Os Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território e A Organização do Estado e do Poder Local.

Mais se propõe, desde já, que os resultados consensualizados desse debate sejam remetidos à ANMP, para que possam, enquanto contributos, enriquecer os trabalhos do XIV Congresso»”.

“Não me oponho totalmente a esta proposta, mas penso que ela é insuficiente da forma como está elaborada, no sentido em que o Congresso vai decorrer já depois de aprovados o OGE e as Grandes Opções do Plano e o Orçamento da CME e não sei se a realização duma sessão extraordinária da AM trará as mais-valias que se espera desta proposta. Via com melhores olhos, tendo em conta que os pontos fortes são Os Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território e que as problemáticas são o Turismo e o Poder Local, que se convidasse um elemento da equipa do Prof. Jorge Gaspar, que está a trabalhar no Plano Nacional do Ordenamento do Território, e que se abrisse a discussão por aí, para nós enquadrarmos um pouco o debate em função daquilo que vai ser o novo Plano Nacional do Ordenamento e aquilo que podem ser as futuras oportunidades ou limitações para as câmaras municipais”, *proferiu de imediato o Sr. Palma Rita.*

Por sua vez, o Sr. Bravo Nico referiu: “Concordamos com a proposta apresentada e fazemos uma pequena sugestão: que os subscritores possam preparar uma exposição dessas temáticas à Assembleia, uma vez que eu sou desconhecedor profundo das mesmas”.

Respondendo ao alvitre formulado, o Sr. João Lázaro esclareceu: “É nossa intenção fazer chegar a todos os deputados municipais a documentação que chegou à A. M. vinda da ANMP”.

Acerca do assunto em análise, o Sr. Presidente enunciou: “Isto são matérias que tendo uma base técnica, são questões essencialmente políticas. Não é este Órgão nem o somatório das assembleias municipais que vão tomar as posições finais. Os eleitos dos diversos partidos farão corresponder as suas posições no Congresso, as quais, para terem alguma viabilidade, terão que ser objecto do consenso inter-partidário adequado. Isto era mais para promovermos um debate entre nós e se acharem bem, poderei promover uma reunião com os líderes das diferentes bancadas, para tentarmos definir o figurino duma sessão deste tipo. Pode-se convidar um tecnocrata ou um membro partidário especializado, mas reconheço que discutir estas coisas a seco é capaz de ser pouco. Eu, se calhar, não poria a proposta à votação, concluindo que, em princípio, há uma aceitação de base para que promovamos uma iniciativa qualquer.

Assim sendo, falta apenas acertar as datas para as sessões ordinárias de 2004, estando a minha sugestão sujeita a críticas e a correcções”.

Relativamente a este último pormenor, o Sr. Presidente da CME expressou: “A edilidade respeita integralmente a autonomia da Assembleia na marcação das datas das suas reuniões. No que concerne à derradeira sessão do ano, tem sido tradição efectuar-se entre o Natal e o Ano Novo e é compreensível que assim seja, porque o trabalho de preparação do Plano de Actividades num município com 19 freguesias e um orçamento que ronda os 12.000.000 cts todos os anos só pode ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

finalizado a partir da aprovação do OGE, pelo que eu sugeria ao Sr. Presidente que ou não se marcasse a última reunião ou que se fixe, de uma forma indicativa, perto do dia 20 de Dezembro”.

Face ao exposto, o Sr. Presidente alvitrou o dia 18 de Dezembro, ficando registadas as outras datas atrás mencionadas, as quais não mereceram objecções por parte dos presentes.

Entretanto, a Sra. D. Luísa Baião comunicou que estava em condições de ler a redacção final do voto de pesar, tendo procedido em conformidade, cuja folha se anexa a esta acta, dela fazendo parte integrante.

O Sr. Presidente fez saber que o Dr. José Ernesto sugerira que se endereçasse os pêsames à família e à arquidiocese.

A Sra. D. Luísa Baião aceitou o alvitre, tendo depois o Sr. Presidente posto o documento à votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

Com este acto o Sr. Presidente deu por encerrado o P.A.O.D..

Posto isto, o Sr. Presidente efectuou a chamada, verificando-se as seguintes presenças: Luís Capoulas Santos, Lino de Carvalho, Acácio Alferes, Carmen Balesteros, Mafalda Troncho, Raimundo Cabral, José Palma Rita, Rui Rosado, José Russo, Paula Cristina N. de Deus (em substituição de José Cardoso), Jorge Lourido, António Serrano, Carmen Cangarato (no lugar de Celino Silva), Rui Grilo, M.ª Augusta Pereira, Luís Carmelo, M.ª Helena Costa, Nuno Lino, João Lázaro, Carlos Percheiro, António Ramos, Luís Pasadas, M.ª Helena Silva, José Mateus, Baltazar Damas, M.ª Luísa Baião, Vítor Santos, Isidoro Piteira (em vez de Estevão Bicho), Isidro Lobo, Francisco Estevão, José Piteira, João Valverde, João Ricardo, José Bravo Nico e Jerónimo Mendes.

Faltaram os(as) Senhores(as): João Andrade Santos, António Russo, M.ª Gabriela Silva, Miguel Chumbo e João Rodrigues.

O Sr. Jorge Lourido informou o plenário que o Sr. J. Andrade Santos não se encontrava presente por motivo de doença.

O Sr. Presidente deu conta que o supracitado eleito fizera chegar a respectiva justificação.

Seguidamente, o Sr. Presidente da CME propôs que os dois primeiros pontos passassem para o final da ordem do dia, a fim de poder ir participar na concentração pela Paz, a ocorrer na Praça de Giraldo, ficando, até lá, a representação da autarquia a cargo dos Srs. Vereadores.



O Sr. Isidro Lobo participou que dentro de meia hora teria que abandonar a reunião.

Face à sugestão avançada pelo Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Jorge Lourido noticiou que tinha conhecimento que mais 2 ou 3 elementos da bancada da CDU se iriam ausentar, pelo que demonstrou reservas em alterar-se a ordem de trabalhos.

Acerca da mesma questão, a Sra. D. Carmen Balesteros comentou: “Compreendendo, naturalmente, a necessidade da alteração da ordem do dia, julgo, no entanto, que deixar para o fim as G.O.P. e o Orçamento é capaz de ser um pouco pesado para todos nós. É por isso que eu gostaria de alvitrar que se discutisse os pontos 1 e 3 antes das 18,00 horas e analisar-se o ponto 2 mais cedo, em vez de se guardar para o final da O. T.”.

Perante este último apontamento, o Sr. Presidente elucidou: “A ordem do dia de qualquer sessão ordinária, em termos regimentais, só pode ser modificada com uma maioria de 2/3. Se a bancada da CDU não aceitar esta mudança nem vale a pena continuar a discutir”.

Face ao desenrolar dos acontecimentos, o Sr. Presidente do Município acentuou: “Na minha opinião, estas decisões só fazem sentido se forem tomadas por consenso e uma vez que há dificuldades da parte de alguns dos Srs. deputados em assegurar isso, eu proponho em alternativa: suspender-se a discussão dos 2 primeiros pontos até eu ir à Praça de Giraldo participar na iniciativa e assim que eu regressar os ditos entrarão de imediato na O. T.”.

A alocação do Sr. Dr. José Ernesto motivou o Sr. Presidente a proferir: “Formalmente isto tem que ficar na acta e, como sabem, as actas são sujeitas a fiscalizações. O que nós temos que fazer agora é uma alteração da ordem do dia e quando o Sr. Presidente da Câmara vier faz-se outra modificação e vota-se”.

Nesta conformidade, o Sr. Presidente colocou à votação a passagem dos pontos 1 e 2 para o fim da agenda, a qual foi aprovada por unanimidade.

PONTO 1 (ANTIGO 3) – DELIBERAÇÃO SOBRE O PROTOCOLO DE COMPETÊNCIAS DA CME PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO, NOS TERMOS DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO

O Sr. Presidente do Município desenvolveu a apresentação deste ponto nos seguintes moldes: “Recentemente reuni com todos os Srs. Presidentes de Junta e, por consenso, chegámos à conclusão que o melhor caminho era manter o protocolo vigente e que, acto contínuo, se crie um grupo de trabalho formado por mim próprio, pelos serviços técnicos da CME e por 5 presidentes de junta, 3 de



freguesias rurais e 2 de freguesias urbanas, o qual irá produzir uma nova grelha, de acordo com as competências actuais, e uma nova base de pontualização que permita atingir um critério de justiça e transparência que se pretende. Esta equipa de trabalho funcionará a partir de Janeiro e assim que tiver a futura base de suporte à transferência financeira para as juntas, a autarquia compromete-se, naturalmente, a adequar a dotação orçamental à nova realidade.

Resumindo, pretende-se que o protocolo assinado em 2002 se mantenha em vigor em 2003 e 2004 até que o grupo de trabalho produza o texto do novo protocolo, que será assinado assim que estiver concluído”.

O Sr. Baltazar Damas reiterou as palavras do orador antecedente tendo dito mais à frente: “Escolhemos os 5 presidentes de junta para integrar a mencionada equipa de trabalho, no sentido de podermos depois trazer uma situação mais eficaz.

Como o Dr. José Ernesto disse, não foi difícil acedermos a este tipo de realidade e ficou o compromisso, por parte da Câmara, de que se se chegar à conclusão que os 800.000 euros não são suficientes para transferir para as Juntas, os valores serão revistos”.

Não querendo mais alguém analisar o 1º ponto da agenda, o Sr. Presidente colocou-o à votação, que foi aprovado por unanimidade.

PONTO 2 (ANTERIOR 4) – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ÀS TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, CONFORME O DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO

O Sr. Presidente da CME fez também a apresentação deste ponto declarando, em suma, que se propunha, nos termos dos n.os 1 e 4 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, as seguintes taxas: 0,8 para os novos edifícios urbanos e 0,5 para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código atrás designado.

O Sr. Jorge Lourido frisou: “Como todos sabemos, a substituição da contribuição Autárquica pelo Imposto Municipal sobre Imóveis foi realizada em simultâneo com a actualização do valor matricial dos prédios. O que acontece é que mesmo sem esta taxa o referido imposto vai ser profundamente aumentado devido a essa actualização e incidindo sobre ela o valor máximo, naturalmente que esse índice irá fazer com que, na maioria dos casos, a subida dessa contribuição se situará na ordem dos 45%. Pensamos, nesse sentido, que seria mais vantajoso e útil para os munícipes aplicar uma taxa intermédia e não máxima. Para exemplificar: um prédio que em 1990 tinha sido avaliado em 20.000 euros, pelo coeficiente de actualização passará a valer 35.400 euros. Se o índice fosse 0,6 o mesmo pagaria uma taxa de 214, 48 euros. Se for aplicado o coeficiente 0,7, esse imóvel irá liquidar 247 euros e se for utilizado o índice 0,8 o dito irá pagar 283 euros. É neste contexto que, face às dificuldades que as pessoas sentem, que nós propomos que se aplique a taxa média.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Por outro lado, esperamos que esta política fiscal tenha aspectos de incentivo à fixação dos cidadãos no centro histórico e que sirva para penalizar os proprietários dos edifícios devolutos que estão abandonados.

Tendo nós esta posição e não sendo, em princípio, possível modificar a deliberação da Vereação, a bancada da CDU irá votar contra neste ponto”.

O Sr. Palma Rita teceu os seguintes comentários: “A orientação do Governo neste campo é para a aplicação progressiva da taxa, daí que, em nosso entender, deveria ser fixada mais por baixo e não pelo limite máximo. Achamos que este emprego do limite máximo é contrário àquilo que é a intenção do Executivo Central quando alterou o imposto sobre a sisa e quando criou algumas facilidades de aquisição de habitação por parte, nomeadamente, dos jovens, ou seja, esta tomada de posição acaba por não proporcionar à Câmara Municipal o aproveitamento da margem de manobra que lhe é concedida para atrair a juventude doutros concelhos que ficam com a mesma taxa.

Pelos motivos atrás citados, a nossa posição é também de votar contra esta proposta”.

Intervio depois no debate o Sr. Nuno Lino, salientando: “Existe uma recomendação do Conselho Directivo da A.N.M.P. para as câmaras municipais suas associadas adoptarem a taxa máxima neste 1º ano, porque não é possível conhecer-se ainda o impacto das receitas nos proventos do município, sabendo nós que a situação financeira da autarquia eborense não é das melhores. Como tal, concordamos com a proposta do Executivo. Mas queria lembrar o Sr. deputado Lourido que vai vigorar até 2008 um regime transitório que impede que, por exemplo, em 2004 o aumento de qualquer contribuinte seja superior a 60 euros”.

“Eu próprio fui à Repartição de Finanças local para tratar das questões dos impostos sobre o património e a sensação com que eu fiquei é que vai haver uma espécie de entupimento de todo este processo de registo de avaliação e reavaliação de imóveis, facto que poderá acarretar uma diminuição da receita do município, porque é um processo bastante moroso e não vai ser muito fácil de concretizar em 2004, uma vez que o universo de imóveis que nós estamos a falar é imenso e eu duvido, mesmo com boa vontade e com toda a eficiência dos serviços fiscais, que isto fique limpo durante o próximo ano”, *pronunciou o Sr. Bravo Nico posteriormente.*

Reagindo ao apontamento do Sr. N. Lino, o Sr. Jorge Lourido repetiu o exemplo concreto apresentado anteriormente.

Perante o explanado, o Sr. Nuno Lino venceu: “Sr. deputado, as contas que tem que fazer, tendo em conta o regime transitório, é ao pagamento actual e não a supostas taxas, dado que o aumento, tendo presente a liquidação em 2003, nunca poderá ser superior a 60 euros”.

Verificando a inexistência de mais eleitos interessados em discutir o 2º ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente pô-lo à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com dezoito votos a favor, do PS, onze votos contra da CDU e do PSD (1) e uma abstenção do PS.



PONTO 3 (ANTIGO 5) – DELIBERAÇÃO SOBRE A ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO NO CONCELHO DE ÉVORA

Acerca deste assunto a Sra. Vereadora Fernanda Ramos afirmou: “Pretende-se não só criar condições para os estabelecimentos, mas também tentar normalizar um problema que temos na nossa cidade que se prende com o ruído produzido por alguns dos mesmos e dos seus frequentadores.

O regulamento foi distribuído e eu terei todo o gosto em esclarecer algumas dúvidas que possam surgir”.

Em virtude de ninguém ter demonstrado intenção de debater o 3º ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente colocou-o à votação, que foi aprovado por unanimidade.

PONTO 4 (ANTERIOR 6) – INFORMAÇÃO DA CME RELATIVA À CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO DE PROMESSA DE TRANSFERÊNCIA DE BENS IMÓVEIS E RESPECTIVOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES PROPRIEDADE DO IGAPHE PARA O MUNICÍPIO DE ÉVORA

A Sra. Vereadora Fernanda Ramos informou: “Trata-se do cumprimento de uma deliberação que o Governo assumiu de extinguir o IGAPHE e incluir algumas das suas funções no INH. O Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado propôs à CME que recebesse os fogos que são sua propriedade e que estão construídos neste concelho. As habitações em causa estão situadas:

- No Bairro Cruz da Picada – 354;
- No Bairro da Malagueira – 242;
- No Bairro do Escurinho – 60;
- No Bairro Humberto Delgado I – 7;
- No Bairro Humberto Delgado II – 33.

O Município eborense fez uma avaliação da situação e concluiu que algumas casas estão um pouco degradadas, nomeadamente no Bairro Cruz da Picada, mas, atendendo ao impacto negativo que este aglomerado tem e ao facto de termos feito uma auscultação aos actuais moradores, muitos dos quais (60%) têm interesse em adquirir essas casas, verificámos que seria vantajoso a assunção desse legado do IGAPHE”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Não desejando os presentes usar da palavra sobre o 4º ponto da agenda, o Sr. Presidente deu-o por terminado.

Devido ao facto de o 1º Secretário, Sr. José Russo, ter que se ausentar, o Sr. Presidente solicitou à bancada da CDU que indicasse um substituto para ocupar a Mesa.

A CDU sugeriu a Sra. D. Maria Helena Costa.

O Sr. Presidente pôs à votação o alvitre formulado, o qual foi aprovado por unanimidade, pelo que a supracitada autarca passou a ocupar o lugar na Mesa.

PONTO 5 (ANTIGO 7) – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI N.º 41/2003, DE 22 DE AGOSTO

O Sr. Baltazar Damas propôs o nome do Sr. Luís Pasadas para ocupar o cargo.

Não existindo outros alvitres e tratando-se da nomeação de uma pessoa, o Sr. Presidente recordou que se teria de proceder à votação através de escrutínio secreto, não deixando de esclarecer que quem quisesse votar a favor poria um sim no boletim, quem desejasse votar contra poria não. Se alguém não pretendesse qualquer dessas opções deveria deixar o papel em branco.

Após o acto procedeu-se à respectiva triagem, tendo-se apurado o seguinte resultado: vinte e cinco votos a favor e três votos em branco.

Nesta conformidade, o Sr. Luís Pasadas irá representar as freguesias do município no Conselho Municipal de Educação.

PONTO 6 (ANTERIOR 8) – DELIBERAÇÃO PARA AUTORIZAR A CME A CELEBRAR COM O INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO UM CONTRATO-PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE 18 FOGOS, SITOS NA PRAÇA DAS CORONHEIRAS/BAIRRO DO BACELO

A Sra. Vice-Presidente da edilidade, Dra. Fernanda Ramos, explicou, basicamente, que se propunha a aprovação do Contrato-Promessa de Compra e Venda de 18 fogos sitos na Praça das



Coronheiras, Freguesia do Bacelo, a celebrar entre o Município e o INH, cujo empreendimento está a ser construído pela Cooperativa de Habitação CHC.

A Sra. D. Luísa Baião exprimiu: “Nós temos que fomentar este tipo de projectos e eu aplaudo, neste momento, todo o trabalho que a edilidade realizou para desbloquear toda uma burocracia que existia à volta da entrega destes fogos e que assim tornou possível dar qualidade de vida a tantas pessoas, muitas delas já com idade avançada. Ainda bem que já pôde ser Natal no princípio do mês e vai ser, de certeza, uma quadra festiva muito melhor para aquelas famílias. Felizmente que eu pude comungar com todos vocês os momentos tão bonitos que aconteceram aquando da entrega das chaves”.

Falou depois o Sr. Baltazar Damas, dizendo: “Isto é que é a verdadeira política de esquerda, entregar àqueles que são mais necessitados, que vivem em barracas ou em casas abarracadas, casas construídas que ainda não estão pagas. Isto é que é bonito ! É neste sentido que eu penso que deve ser realçado este trabalho e este envolvimento.

Outra coisa que me deixou sensibilizado foi ver o Sr. Vereador Carlos Reforço entregar a chave a uma velhota, ao ponto de quase ter chorado. Sinceramente, isto não se via há quase 25 anos nesta cidade”.

Dado que mais ninguém demonstrou vontade em intervir, o Sr. Presidente colocou o 6º ponto da ordem de trabalhos à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

PONTO 7 (ANTIGO 9) – DELIBERAÇÃO PARA AUTORIZAR A CME A CELEBRAR COM O INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO UM CONTRATO-PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE 16 FOGOS, SITOS NA HORTA DAS FIGUEIRAS

A Sra. Vice-presidente da autarquia declarou: “Trata-se de um processo semelhante, este sim já objecto de realojamento e que teve a ver com os depoimentos produzidos pelos Srs. deputados. Efectivamente, foram os primeiros 16 fogos que foram entregues, sítos na Horta das Figueiras. Também aqui se pretende que a AME se possa pronunciar sobre a aprovação deste contrato-promessa de compra e venda, com vista à futura aquisição das habitações acima referidas, podendo assim o município cumprir com aquilo que se comprometeu quando celebrou um acordo com o INH, em 2002, que era ficar titular das mesmas.

Aquilo que foi referido pelo Sr. deputado B. Damas é uma realidade, uma vez que nós realojámos as famílias, as quais vão pagar a sua renda à Câmara, mas esta só assumirá a plenitude da propriedade desses imóveis quando contrair o empréstimo e quando concretizar este contrato”.

O Sr. Baltazar Damas redimiou-se de ter falado adiantado e acrescentou: “As pessoas já lá vivem e estão bem. O que sucedeu foi que a Luísa deixou de ter problemas com aquelas 16 famílias e agora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

passo eu a ter que «aguentar o barco» com as situações que elas nos apresentam. Mas é para isso que nós cá andamos e é preciso sermos solidários e amigos dos munícipes”.

Constatando a inexistência de mais inscrições para utilização da palavra, o Sr. Presidente pôs o 7º ponto da ordem do dia à votação, que foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se uma pausa de 10 minutos.

PONTO 8 (ANTERIOR 1) – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CMESOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou o plenário sobre as actividades desenvolvidas pela edilidade nos meses de Setembro, Outubro e Novembro de 2003, destacando especialmente:

- *Que tem havido uma grande preocupação em concluir obras, nomeadamente a recuperação do Bairro Garcia de Resende, do Museu da Água e do parque de recreio das Coronheiras, que estão praticamente terminadas, faltando apenas pequenos pormenores;*
- *A realização do Portugal Air Show/2003, que foi uma iniciativa que se traduziu no maior festival jamais levado a cabo, quer no que respeita ao número e qualidade de expositores quer à presença de público;*
- *As obras de remodelação do centro histórico, as quais tiveram início no dia 7.01.03, estando já acabadas aquelas que foram feitas na Rua Elias Garcia e no Largo Luís de Camões, faltando muito pouco para acontecer o mesmo na Praça de Sertório e na Alcárcova de Cima, sendo de registar que não há garantia de financiamento para a 2ª fase, no que concerne à recuperação de infra-estruturas, e os atrasos nos pagamentos, no que toca à parte já acabada e liquidada, são significativos;*
- *O acordo de geminação assinado com a cidade de Chartres, em sequência duma intenção que já vinha sendo negociada no âmbito das Cidades Património Mundial;*
- *A conclusão dos primeiros 16 fogos de habitação social, hoje já ocupados.*

Sobre o Mercado Municipal de Évora, a Informação refere que foi feito o controle orçamental do respectivo projecto, pelo que a Sra. D. Carmen Balesteros manifestou interesse em obter esclarecimentos mais detalhados acerca da questão, não deixando de perguntar: “Quanto é que se previa gastar” ? “Quanto é que se despendeu até agora” ? “E quanto é que se calcula gastar até ao final do projecto” ?

Por outro lado, estando escrito na pág. 25, na parte de Acompanhamento de obras, 2º item, «Mercado 1º de Maio e espaço envolvente (inclui resolução de questões de projecto em obra) –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

especial atenção aos problemas do acompanhamento arqueológico das obras», *a mencionada autarca inquiriu*: “Gostaríamos de saber o que é que os trabalhos de acompanhamento de intervenção arqueológica têm modificado, contribuído ou de que maneira é que eles vão ou não ficar inseridos nas eventuais alterações de projecto em obra” ?

O Sr. Presidente da autarquia delegou nos Srs. Vereadores João Libório e Miguel Lima a resposta às interrogações formuladas pela oradora antecedente.

Assim, o Sr. Vereador João Libório elucidou: “Sobre o Mercado Municipal, depois de termos conseguido, finalmente, há uns meses atrás, identificar o que é P.O.E., tudo tem sido desenvolvido com normalidade e apenas com alguma anormalidade em termos de tesouraria. A pouco e pouco temos estado numa relação perfeitamente correcta, tendo havido somente um pequeno atraso do POE por doença de um funcionário que manipulava este processo, as coisas foram recuperadas e à medida que temos prestado contas ao empreiteiro temos enviado os documentos e sido reembolsados. Ainda não ultimámos o pagamento mas estamos em vias de atingir tal meta.

No que toca à 2ª questão, neste momento não lhe sei dizer quanto é que o projecto vai custar ao todo, porque há ainda adaptações a fazer. Agora, estima-se que, em termos de equipamentos, a Câmara, já fora do POE, tenha que investir ainda cerca de 1.000.000 de euros, para além do que era a empreitada”.

Por seu turno, o Sr. Vereador Miguel Lima explicitou: “Em relação aos trabalhos junto ao Mercado, ocorreram sondagens arqueológicas para se tentar resolver o problema da drenagem de águas pluviais e residuais. Descobriram-se estruturas que se julga pertencerem ao antigo palácio real, o que obrigou a reformular os projectos que estavam executados. A opção foi fazer-se a drenagem pluvial através de caleiras de superfície, de maneira a não desmontar nenhuma das estruturas que foram descobertas e que foram registadas”.

Depois tomou a palavra o Sr. Acácio Alferes, que asseverou: “Há aspectos que demonstram claramente uma actuação do Executivo voltada no sentido da justiça social, à qual eu chamo uma verdadeira orientação de esquerda, como, por exemplo, o lançamentos do cartão do idoso. Mas existem outros casos, bastando olhar para um pequeno pormenor inserto na pág. 13 da Informação, onde se constata que, quando esta Vereação tomou posse, a Câmara tinha 25% dos trabalhadores contratados a prazo, sendo que agora já vamos com menos de 8%.

Paralelamente, verifica-se que o rigor orçamental tem sido uma realidade, sendo bom não esquecer que no planeamento apresentado a este Órgão em 2001 tinha-se previsto que as despesas correntes representavam cerca de 34%, as quais descambaram para mais de 50%. A nossa austeridade não é a 100% mas, em 2002, numa estimativa de perto de 41% escorregou-se para 46%, o que é algo diferente do que se passou em 2001.

A percentagem de realização orçamental, também dentro da política de contenção, tem sido igualmente um emblema desta gestão, que me orgulho de apresentar como elemento que apoia esta Câmara. Por exemplo, na execução de receitas de 2001, por venda de terrenos, realizou-se somente 10% daquilo que estava calculado. Até ao dia 28 de Novembro deste ano já se obteve quase 40% do



que estava projectado. Mas como as percentagens podem dizer pouco, quero explicar que o valor arrecadado em venda de terrenos foi mais do dobro do que aquilo que foi feito em 2001.

É bom também realçar que este ano, até 28 de Novembro, o investimento em água e saneamento ultrapassou em muito aquilo que foi o investimento nos respectivos sectores no último mandato”.

Voltando a intervir no debate, a Sra. D. Carmen Balesteros perguntou ao Executivo: “Já existe outra data prevista para a inauguração do Mercado 1º de Maio” ?

Mais à frente adiantou: “Nós vivemos nesta urbe e por baixo dela há outra e, maioritariamente, aquilo que se encontrou está tapado, designadamente na zona do Mercado 1º de Maio, onde de encontram estruturas do palácio e do aqueduto, o que é pena, para mais sabendo-se que a valorização económica duma cidade passa também pela componente turística e que o turismo de qualidade tem, neste momento, que dar contrapartidas, em termos patrimoniais e históricos. É por isso que às vezes me custa ouvir que os achados foram todos cobertos porque, no fundo, de um trabalho do PROCOM/URBECOM que já dura há, pelo menos, 3 anos, neste momento, que eu saiba, as únicas coisas que irão ficar minimamente visíveis são os arcos do aqueduto e num espaço muito reduzido”.

A propósito da alocução do Sr. A. Alferes, o Sr. Jorge Lourido sublinhou: “A aquisição de bens e serviços sofreu um aumento em relação ao que estava planeado, em detrimento das despesas com pessoal, sendo importante relevar que neste campo há menos 200 funcionários contratados comparativamente ao que existia inicialmente. Naturalmente que isto faz variar essa percentagem e é preciso ter presente que a redução tem a ver com o congelamento salarial dos trabalhadores e das suas promoções. É nesse sentido que, por exemplo, o reforço que foi necessário (1.867.340 euros) representava 10,1%, passou a representar 13,2%, e as despesas com pessoal, que se reduziram de 23,3% para 20,9% do inicialmente orçamentado”.

Para além dos exemplos apresentados pelo Sr. A. Alferes, o Sr. Bravo Nico avançou com mais 2 para justificar a política de esquerda que tem vindo a ser seguida pelo Executivo autárquico:

1º - Pela primeira vez na CME existem serviços sociais, o que hoje é uma realidade incontornável;

2º - As mais de 50 intervenções levadas a cabo nas escolas básicas do concelho.

“Não coloco esta discussão ao nível da esquerda/direita/centro, mas sim na perspectiva daquilo que é a gestão de recursos, os quais são limitados e, naturalmente, a troca de opiniões que aqui ocorreu entre as despesas com pessoal versus aquisição de bens e serviços, está patente na informação que é feita pelo director da DOAR, que diz claramente que «houve necessidade de reforçar a rubrica de bens e serviços para fazer face àquilo que eram os compromissos em anos anteriores, dívidas relacionadas, fundamentalmente, com fornecedores, a que levaram a que esta rubrica assumia ainda valores acima daquilo que poderia ser razoável». É lógico que as despesas com pessoal diminuem-se por uma questão de rigor. Saiu à pouco tempo um estudo sobre os gastos da administração pública com o sector e o facto é que mais de 50% dos nossos meios são virados para o interior das organizações, o que tem pouco a ver com a satisfação das necessidades do cidadão. Nós temos, cada vez mais, de libertar recursos internos para benefício dos munícipes e é esse desafio que me parece que esta edilidade está a seguir”, *pronunciou o Sr. António Serrano logo após.*



Findo este depoimento, o Sr. Presidente deu por encerrado o 8º ponto da agenda.

PONTO 9 (ANTIGO 2) – DELIBERAÇÃO SOBRE AS GRANDES OPÇÕES DOPLANO E ORÇAMENTO PARA 2004

O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação dos documentos em título, afirmando essencialmente: “No que respeita às G.O.P., vamos dar sequência aos processos de construção da Biblioteca Pública e da 1ª fase do complexo desportivo, com o início da edificação da pista de atletismo, continuar com uma política progressiva de qualificação do estacionamento fora das muralhas, criando condições para que o SITEE possa desenvolver essa actividade, expandir o P.I.T.E., aproveitando para isso os terrenos que já pertencem ao município, e principiar a construção do Parque de Actividades Económicas, Feiras e Exposições. Chamo a atenção que este último projecto tem uma candidatura apresentada por nós e, felizmente, já aprovada, tem financiamento do INTERREG garantido para a 1ª fase, cujo projecto temos que dar execução até 2004.

Um dos objectivos que pretendemos implementar é lançar obras novas correspondentes àquilo que é a infra-estrutura qualificadora da cidade e do concelho.

Simultaneamente, não vamos esquecer aquilo que tem sido uma linha prioritária da nossa acção, ou seja, as intervenções de menor escala mas não menos importantes que se vêm fazendo um pouco por todas as freguesias do concelho, recuperando acessibilidades e arruamentos, melhorando saneamentos e redes de água, reforçando equipamentos e apoiando as actividades das Juntas e de todos os agentes culturais, sociais e desportivos existentes nelas.

Foi começado desde o princípio deste mandato um esforço de contenção orçamental, repondo o rigor não só na sua concepção, mas também na sua gestão e é por isso que para 2004 estabelecemos um plafond de 60 milhões de euros, que reduz em 1.400.000 euros o Orçamento para o exercício vigente, para o tornar mais credível, exequível e sério. Não podemos contar com os fundos da União Europeia porque o Q.C.A., ao nível do PORA, está praticamente comprometido a 100%, com uma taxa de execução baixíssima, o que nos levanta 2 problemas: Primeiro – Não há possibilidade de aprovação de novas candidaturas; Segundo – A nossa taxa de mobilização de reservas de eficiência é reduzidíssima e, como tal, vamos ser prejudicados. Isto significa que, cada vez mais, temos que contar com as nossa capacidades de gerar receitas, duma forma justa e equilibrada.

Continua-se a privilegiar a contenção orçamental sem descurar o investimento, traduzindo-se isto em administração acertada, coerência nos princípios e, acima de tudo, uma capacidade de pôr os nosso serviços a ganharem eficácia e produtividade”.

Falou a seguir o Sr. Bravo Nico, declarando: “Penso que o caminho que a Câmara tem vindo a delinear, desde que assumiu os seus compromissos para com o concelho, é, de facto, a construção de um projecto realista, que tenta não criar expectativas inconcretizáveis, sempre prudente, e, principalmente, fazendo com que a grande e pesada dívida que herdou possa, paulatinamente, ser diminuída. Enquanto o Executivo reduziu a atrás citada, respondeu, ao mesmo tempo, a compromissos assumidos anteriormente e deu concretização aos grandes valores do direito à habitação, da educação, com uma panóplia imensa de intervenções nos estabelecimentos do 1º ciclo



do ensino básico e pré-escolar como não há memória, do apoio social, etc.. Daqui resulta a minha apreciação muito positiva das GOP e do Orçamento para 2004”.

Com respeito às GOP, o Sr. Palma Rita observou: “No que toca ao objectivo 1, está em elaboração o Plano Nacional de Ordenamento do Território, pelo que eu pergunto: Como é que a CME pensa fazer algum compasso de espera, tendo em conta a actual revisão do PDM, de forma a que possa beneficiar de orientações do mesmo ?

Por outro lado, nos vários Planos de Ordenamento que são propostos falta referência ao Plano Estratégico, que não sabemos se está a ser feito ou quando estará pronto, o que me leva a inquirir qual é a estratégia para a cidade ou para o concelho ? Em que é que esta urbe, com estas GOP, se afirma como distinta das restantes cidades nacionais ?

Quanto à recuperação do Salão Central, gostávamos de saber em que ponto é que está a obra, quando termina, se está em andamento ou parada ?

No que concerne ao objectivo 2, fala-se que a implementação da linha azul se encontra em curso. Nós não a vimos orçamentada para o presente exercício nem a vemos para 2004, pelo que estamos interessados em obter esclarecimentos sobre isso.

No objectivo 3 diz-se que o Parque de Feiras e Exposições merece preocupação activa e prioritária. Nós gostávamos que o Executivo informasse a AM sobre a localização do dito.

Também neste contexto, constatámos que existem apenas 6 linhas dedicadas ao desenvolvimento turístico. Consideramos que é claramente insuficiente para que haja uma valorização do sector, tendo em conta que há uma aposta nacional para se aproveitar as oportunidades que sejam induzidas pelo Euro 2004. De facto, não compreendemos que não se dedique nas GOP uma linha que seja à captação de visitantes que vão presenciar o evento, para mais ficando este concelho na rota de passagem de milhares espanhóis.

Ainda na vertente turística, basta andarmos pela cidade para perceber que a respectiva sinalização é claramente insuficiente, que a informação do sector é inexistente, que os postos de turismo são escassos e desaproveitados, que a imagem de Évora não foi actualizada e que está envelhecida e passiva.

No programa relativo às novas zonas das actividades económicas e requalificação das existentes, verificámos que se baseia apenas em 3 coisas: no Parque Industrial e Tecnológico, no Aeródromo Municipal e no Mercado 1º de Maio. A pergunta é: se isto é suficiente para atrair novas empresas a Évora e angariar empregos ?

No que concerne ao objectivo 5, faz-se alusão ao Complexo Desportivo Municipal. Nós desejamos saber em que é que consiste e quais são as principais valências.

Olhando para o Plano Plurianual de Investimentos, constatamos que o mesmo faz Évora perder tempo, pelos seguintes motivos:

- Fala-se no projecto do Parque Urbano, mas não surge qualquer verba orçamentada;
- Autocarros ecológicos – Estavam calculados 300.000 euros para 2003 e estavam previstos 400.000 euros para 2004. Realizado não sabemos quanto é que está e o certo é que no Orçamento para o próximo exercício não aparece nada;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- Parque de estacionamento da Avenida de S. Sebastião – Estava projectado para o corrente ano 85.000 euros, executado está 0;
- Rotunda do MARE – Estavam previstos 25.000 euros para 2003 e realizados 0, estando agora remetidos 20.000 euros para a sua valorização em 2004;
- Parque de Feiras e Exposições – Estavam calculados 880.000 euros no Orçamento de 2003, tendo-se realizado apenas 8.749 euros, ou seja, 1%. Estava previsto que ficasse pronto no próximo exercício e agora é canalizado para o Orçamento de 2004 uma quantia de 798.000 euros e a maior fatia é para 2005;
- Biblioteca Pública – (Gostávamos de saber onde é ?) – Estavam projectados 100.000 euros para este ano e executou-se 0. Estão previstos 100.000 euros para 2004 e maior parte para 2005;
- Praça de Touros – Pavilhão Multiusos – O cálculo para 2003 foi de 250.000 euros e está executado 1%, sendo remetidos para o futuro exercício 150.000 euros e a maior quantidade para 2005;
- Salão Central – A previsão para o exercício vigente foi de 1.000.000 euros, tendo-se realizado apenas 49.000 euros. Projecta-se agora 90.000 euros para o próximo ano e a grande fatia para 2005;
- Museu da Água – Foram orçamentados 105.270 euros para 2003 e executados somente 46.000 euros, surgindo agora para 2004 500.000 euros quando se esperava que estivesse pronto este ano.
- Com o Convento dos Remédios, o Núcleo Museológico do Alto de S. Bento e o Complexo Desportivo Municipal passa-se o mesmo.

Não conseguimos perceber muito bem como é que na Informação sobre a situação financeira se diz que a verba dos investimentos foi reforçada em 3.500.000 euros e que está com uma taxa de execução de 77,5%, mas o certo é que o índice de realização dos investimentos está muito aquém desta ideia. Julgamos que há um claro adiamento das obras para 2005 e não sei se nestas GOP não se está a pensar já na futura campanha eleitoral para as autárquicas”.

Interveio posteriormente o Sr. Jorge Lourido que comentou: “Ao analisar globalmente as Grandes Opções do Plano, ao cruzá-las com o Plano Plurianual de Investimentos e com o Mapa das Actividades Correntes, destacamos quatro aspectos fundamentais:

1º - Os Planos Plurianuais de Investimento para 2003 e para 2004 são relativamente semelhantes nos seus montantes globais (29.018.823 euros e 31.362.600 euros, respectivamente).

Em termos absolutos e relativos, 5 dos 6 objectivos vêm reforçadas as suas rúbricas, nalguns casos por transferência, para 2004.

Estranhamente, provavelmente porque os problemas com a mobilidade urbana são virtuais e por isso não existem, o objectivo 2 vê diminuída a sua percentagem relativa (-9%) e até os seus valores absolutos (5.352.600 euros e 3.350.500 euros, respectivamente) nestas GOP para 2004.

2º - Constata-se que todo o tipo de necessidades, reivindicações e até desejos são incluídos nas GOP (cerca de 250 rubricas). Mas o arrolamento destas intenções tem depois verbas insignificantes e até ridículas (ex: 15.000 euros para parques de estacionamento subterrâneos). Este facto, que à frente veremos em pormenor, significa, em concreto, a impossibilidade ou a não vontade política para as realizar.



3º - Verifica-se que no Plano Plurianual de Investimentos o investimento previsto para 2005 é aumentado em quase 30% (31.362.600 euros e 40.689.000 euros, respectivamente). Claro que aqui não vislumbramos, ao contrário do sugerido pela bancada do PSD, nenhuma intenção eleitoralista. Mas o que é interessante verificar é que para 2005 apenas nos surgem 92 das 250 rubricas preenchidas em 2004, ou seja, menos 63,2% das intenções/programas de investimento.

4º - Da articulação do ponto 2 com o 3 poderemos concluir que estamos perante planos que ao incluírem tudo sem estabelecerem prioridades, deixam de ser instrumentos de orientação da acção para passarem a ter meras intenções propagandistas. Pressupõem uma gestão do tipo «navegação à vista» que inflectirá a sua direcção em função de pressões e lobbies.

No mandato da CDU iniciaram-se as revisões do PDM e do PU. O PS, na oposição, criticou a demora dessas revisões. Apesar das críticas, o que é facto é que o PU foi concluído, iniciando-se então a sua aplicação (caso da variante, ramo Norte, e da definição de unidades de execução e áreas de intervenção prioritárias).

Quanto ao PDM, suportado por um Plano Estratégico de Desenvolvimento – documento fundamental de uma ideia coerente de concelho e de cidade –, a sua revisão estava, nos finais de 2001, elaborada a 90%, necessitando-se, então, de cerca de 3 meses para a sua conclusão. Que se constata quando se inicia o 3º ano de mandato da gestão PS ?

1º - A revisão do PDM continua por concluir.

- As propostas que vão sendo conhecidas assentam em pressupostos pouco ou nada fundamentados e existem, em grande parte, para satisfazerem interesses particulares e não os do concelho.
- Alargamento do perímetro urbano (comprometendo o preenchimento dos espaços urbanos actualmente vazios, que ocupam cerca de 50% de todo o espaço urbano e aumento da bolsa de terrenos espectantes).
- Alteração da localização de grandes equipamentos com um injustificável aumento dos custos, pagos por todos nós, em acessibilidades e novas infra-estruturas (ex.: Hospital Regional e Biblioteca Pública).
- Não salvaguarda de corredores ferroviários para ligação da Estação de Évora às novas linhas Sines/Madrid e Lisboa/Madrid – TGV.
- Opção para o desenvolvimento das freguesias rurais assente na 2ª habitação.

2º - O Plano de Urbanização está, na prática, suspenso, uma vez que as promessas de remoção do princípio da equidade, baseado na perequação, estão, naturalmente, a promover a espera e a imobilidade. Sendo estes os aspectos mais negativos da concretização do objectivo, há ainda a realçar o seguinte:

- O parque de estacionamento do terminal rodoviário, transformação de todo questionável e, a nosso ver, despropositada, não aparece concretizado no P.P.I.;
- A recuperação de todas as fontes e chafarizes também não aparece com financiamento;
- A iluminação cénica dos monumentos enunciada no 1º objectivo aparece no objectivo 5 com a verba de 200.000 euros.

Ainda neste 1º objectivo surgem-nos outras rubricas cujos valores orçamentados são irrisórios e ridículos:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- Aquisição de solos – 125.000 euros só em 2004, nada em 2005;
- Aquisição de imóveis – 50.000 euros só em 2004, nada em 2005;
- Pavimentação da Av. Batalha do Salado – 25.000 euros;
- Programa municipal de promoção de habitação jovem – 150.000 euros;
- Recuperação de grandes imóveis – 20.000 euros.

No objectivo 2 – Conceder prioridade à mobilidade urbana – assiste-se, como já foi dito, a um claro desinvestimento no terceiro ano de mandato:

- Para resolver o problema do estacionamento apenas nos surge o parque da Av. S. Sebastião com a diminuta verba de 50.000 euros;
- Os parques subterrâneos aparecem-nos com uns astronómicos 15.000 euros (dará, se tanto, para uma toca de grilo ou, então, para carrinhos de brincar);
- A variante à estrada nacional 18 – ramo nascente – é uma vez mais adiada, pelo terceiro ano consecutivo, e os 25.000 euros a ela destinados em 2004 servem só para dizer que está lá.
- Para o Dia Europeu sem Carros prevê-se, neste terceiro ano de mandato, finalmente uma grande iniciativa... publicitária – Surge no mapa das actividades correntes uma verba de 100.000 euros.

O objectivo 3 visa potenciar o desenvolvimento económico, mas o investimento em equipamentos e infra-estruturas é, pelo terceiro ano consecutivo, adiado. Os casos da expansão do PITE, a construção do Parque de Feiras e Exposições ou os equipamentos para o Posto de Turismo, dotados com verbas exíguas, são disso claro exemplo (para o Posto de Turismo os investimentos previstos para equipamentos são de 750 euros).

Parece, enfim, que neste 3º ano de mandato o Mercado 1º de Maio ficará concluído, valorizando aquela zona nobre da cidade.

Saudamos a realização da Rota dos Sabores Tradicionais – finalmente, após repetidas chamadas de atenção, fomos ouvidos e a gastronomia é reconhecida como parte importante da nossa vivência cultural colectiva, servindo para promover o nosso concelho. No mapa das actividades correntes surgem-nos com 100.000 euros atribuídos.

O objectivo 4 – Garantir a qualidade ambiental – sugere-nos os seguintes comentários e questões:

- Nestes 2 anos de mandato a plantação das apregoadas 1000 árvores por ano ficou muito aquém do prometido, pouco mais de 350 árvores/ano;
- A remodelação das pequenas áreas verdes aparecem-nos com uma verba de 40.000 euros e a remodelação da mata do jardim público com um financiamento irrisório de 50.000 euros. Neste ponto gostaríamos de pedir o seguinte esclarecimento: Quando na página 20 das GOP, 3º parágrafo, se diz «é um programa de limpeza pública com recurso ao exterior para complementar a limpeza pública de algumas zonas da cidade» a intenção é complementar em situações extraordinárias (feiras, mercados, espectáculos, etc.), associar aos serviços, de forma permanente e sistemática, empresas exteriores, ou substituir nalgumas zonas da cidade a limpeza pública pela de empresas exteriores ?

Congratulamo-nos com a intenção de colocar Ecopontos nas Escolas – carência que muitos professores e alunos vêm fazendo notar.



Objectivo 5 – Assumir a cultura, o património, o desporto e a solidariedade social...como pilares do desenvolvimento. Ficamos a saber, pela introdução ao ponto relativo à cultura, que, finalmente, a democratização, a descentralização, a inovação e a qualificação serão os conceitos que irão nortear a intervenção cultural no ano de 2004. Concluímos, por isso, que um, vários ou mesmo todos estes conceitos não orientaram nos anos de 2002 e 2003 a política cultural da Câmara. Deixamos aos ilustres deputados municipais essa opção avaliativa.

Outro aspecto interessante é que passados 2 anos a Câmara pensa iniciar «uma reflexão sobre os conteúdos programáticos da nova Biblioteca Pública de Évora e do novo Arquivo Distrital». Ficamos assim a saber que, para além de ter rasgado o protocolo assinado com o Ministério da Cultura, a Câmara também desconhece, ou quer desconhecer, as conclusões do intenso debate sobre estas questões, que envolvem centenas de cidadãos e instituições do concelho. Para este equipamento de enorme importância, a Câmara não investiu um cêntimo em 2002 e em 2003 e para 2004 apenas propõe 500.000 euros – certamente por falta de ideias.

O Arquivo Fotográfico aparece-nos com um investimento previsto de 10.000 euros e a Fábrica da Música surge-nos com uns irrisórios 20.000 euros.

Quanto ao Salão Central, equipamento de grande necessidade, assumido pela própria gestão camarária, estamos também perante mais um ano de adiamento. Adquirido em 1996, elaborados os projectos e candidaturas em 1997, iniciaram-se as obras em 2001. Desde há 2 anos que está praticamente parado e para 2004 são atribuídas verbas de tal forma exíguas (90.000 euros) que nem no fim deste mandato se vislumbra a sua conclusão.

O Cais da Cultura – ex-Celeiros da EPAC – continuará a ver a cultura ao largo sem poder atracar; 10.000 euros, só se for para pregos.

Sobre as rubricas relativas à Educação, estranhámos que novos edifícios do pré-escolar, benefícios nos jardins de infância da rede pública e equipamentos e obras em cantinas escolares do concelho tenham apenas, no seu conjunto, orçamentados 55.000 euros.

O complexo desportivo municipal não verá a luz do dia no próximo ano. Sem localização definida, por abandono da anterior proposta e das negociações francamente vantajosas para o município, fala-se agora de uma pista de atletismo. A verba de 100.000 euros atribuída nem dá para comprar o foto-finish.

Pensamos que as transferências para os bombeiros – Programa 5.11 – deveriam ser reforçadas.

Quanto ao objectivo 6, realçamos, sem comentários, as três rubricas seguintes:

- Equipamentos multimédia – 1.000 euros;
- Reconstrução do edifício dos Paços do Concelho e outro edifício municipal – 51.200 euros;
- Informação e imagem no mapa das actividades correntes – 344.700 euros. Não será certamente por falta de visibilidade ou de, será melhor dizer, propaganda que a gestão PS passará despercebida.

Face ao exposto, podemos então concluir que estamos perante instrumentos de orientação da actividade autárquica que se caracterizam por:

- Ausência de uma estratégia clara de prioridades, permitindo uma navegação à vista e ao sabor de pressões e de interesses diversos;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- O adiamento da execução de equipamentos e infra-estruturas necessários ao concelho, muitos iniciados no mandato da CDU e outros do programa eleitoral do PS;
- O comprometimento do desenvolvimento equilibrado, coerente, sustentado e assente nas pessoas: os Municípios do nosso concelho.

Perante o explanado, a bancada da CDU irá votar contra as Grandes Opções do PLano e o Plano Plurianual de Investimentos”.

O Sr. José Piteira leu um documento do seguinte teor: “Analisando o Orçamento e as GOP para 2004, não encontrei, por mais que me esforçasse, nem mais uma vírgula do que no ano vigente, mas sim pontos a menos como, por exemplo, a ETAR de N.ª Sra. de Machede e o abastecimento de água à estação, que foram duas bandeiras políticas desta Vereação e que agora caíram. Por isto, sou levado a concluir que estes Orçamento e GOP já foram votados por mim o ano passado. Não os irei votar de novo mas sim ausentar-me da sala na altura do acto, como forma de solidariedade e convicção de assim defender os interesses da minha Freguesia e contra a indiferença e o vazio que estes documentos demonstram em relação à mesma”.

Retorquindo às teses expostas pelas bancadas da oposição, o Sr. António Serrano argumentou: “Nós assistimos a uma força política desta Assembleia dizer, ao fim de um ano e três meses de administração desta autarquia e em tom jocoso, que o Executivo já deveria ter feito tudo o que prometera, em termos eleitorais, para um mandato de 4 anos. Isto não é sério. Verifico que hoje o comportamento dos nossos interlocutores é mais comedido e controlado. Não nos podemos esquecer quantos Planos e Orçamentos foram feitos pela CDU. 24/25 ? Em quantos deles foram definidas prioridades ? Eu recorro que em 2001, para o desenvolvimento económico, a Câmara projectou 4,2% do Orçamento. Para 2004 está previsto 6,8%.

Para a área sócio-educativa a CDU calculou 3,7% do Orçamento, estando agora planeado 7,8%.

Para a administração urbanística a Vereação cessante tinha orçamentado 8,3% e está aqui previsto 13,1%.

Para o equipamento urbano e ambiente o Executivo anterior tinha projectado 2,4% e está aqui calculado 6,2%.

Para o centro histórico a CDU tinha previsto 2,0% e está aqui orçamentado 14,2%.

Para a organização e administração de recursos a Administração Municipal, igualmente em 2001, tinha planeado 24,7% e aqui está previsto 14,2%. Isto é que marca a diferença, ou seja, retirar daquilo que é desperdício para canalizar para aquilo que é prioritário para as populações. A actual Vereação está a tentar conciliar e gerir os compromissos herdados com os seus próprios. Gerir tudo isto, num contexto de estrangulamento financeiro que o actual Governo introduziu neste país, é, incomparavelmente, mais difícil. Com este Poder Central as autarquias não conseguem executar aquilo que têm aprovado pelos fundos comunitários porquê ? É por culpa própria ? Não ! É por causa da política que foi seguida, ao ponto de impedir que os municípios possam avançar para os investimentos candidatados”.

O Sr. Baltazar Damas teceu os seguintes comentários: “Sinto-me satisfeito com algumas situações que estão inseridas neste Plano para a Freguesia da Horta das Figueiras e espero que elas se



concretizem para benefício dos respectivos munícipes. Estou a referir-me ao arranjo da estrada da estação da CP para o Bairro de Almeirim, ao circuito de manutenção da Vila Lusitano, à obra no largo do Bairro de S. José da Ponte e ao seu parque infantil, à condução da Horta das Figueiras, à semaforização do cruzamento do MARE, ao amanho urbanístico do Bairro de Almeirim, ao arranjo e pavimentação da Horta do Bispo, aos esgotos e saneamento do Moinho do Cu Torto e à zona verde do Bairro da Torregela. Estes são os investimentos que a CME prevê para a área da minha Freguesia, o que me apraz registar. Foram reivindicações que foram efectuadas na altura da campanha eleitoral e penso que elas vão ser resolvidas ao longo destes 4 anos. Enquanto não acabar este mandato eu vou acreditar que estes projectos vão ser efectivados”.

Depois, a propósito de o Sr. P. Rita ter focado o tema do turismo e em virtude de ter feito parte do Conselho Consultivo da RTE e tendo presente que uma vez questionou uma verba de 450.000 cts destinados à informação do sector, perguntou se este tipo de situação tinha a ver com a Câmara ou com a Região de Turismo de Évora.

Retorquindo às críticas do Sr. A. Serrano, o Sr. Palma Rita especificou: “A intervenção que eu fiz foi fundamentada nos números que estão disponíveis no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano de Actividades e tenho alguma dificuldade em admitir que alguém invoque o valor da seriedade em relação aos meus depoimentos. Acho que ainda não dei aqui provas de falta de rectidão.

Também não se pode colar aquilo que são as alocações dos deputados municipais às forças políticas, porque o comunicado a que o Sr. Prof. Serrano se estava a referir é um documento originário da Comissão Política Concelhia de Évora do PSD e os membros desta Assembleia eleitos na lista do citado Partido respondem perante os seus eleitores”.

Aflorando as questões suscitadas pelos oradores antecedentes, o Sr. Presidente da Câmara acentuou: “Lamento que se tenha feito uma leitura demasiadamente superficial dos documentos em debate, sendo essencial que os Srs. saibam que no Orçamento de 2004 têm que estar previstas rubricas que nos permitam liquidar compromissos que não estão pagos, os quais foram herdados, casos das vias de cintura e do Pólis. Este último projecto, por exemplo, teve recentemente proventos e despesas e agora a receita desapareceu.

O Sr. deputado Lourido disse que estavam previstas 250 intervenções neste Plano de Actividades e que no Plano Plurianual se perspectivavam apenas 92. Porque é que é assim ? Por uma razão simples: é que destas 250 mais de metade correspondem apenas as rubricas orçamentais inscritas para saldar compromissos anteriormente assumidos e que não estão liquidados. É bom que o Sr. deputado não se esqueça que esta Vereação herdou uma dívida assegurada da ordem dos 9,5 milhões de contos e um compromisso de mais de 3,5 milhões de contos, tendo isto que estar calculado em Orçamento para se pagar à banca e a fornecedores.

Com respeito ao PDM, faço saber que quando a CME decidiu avançar com a revisão do PDM e depois pediu a sua prorrogação fê-lo ao abrigo de autorizações governamentais, dentro do quadro da legislação em vigor, com uma comissão mista de acompanhamento, na qual se insere a Direcção Geral de Ordenamento do Território, que nunca suscitou a necessidade de se fazer parar o designado Plano para esperar por um hipotético Plano Nacional de Ordenamento que há-de estar em vigor não se sabe bem quando. Um PDM não é um documento de gestão física do território, é de gestão estratégica do mesmo. Qual é o Parque de Feiras que nós vamos ter ? Que área e que vocação vai ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

? Tudo isso está dependente do Plano Estratégico que irá definir, de acordo com o PDM e com os outros planos de ordenamento, o uso daquilo que se irá fazer no nosso território, acerca do qual foi realizado um concurso e já está adjudicado.

No que se reporta ao Salão Central, o seu ponto de situação é aquele que os Srs. deputados tiveram ocasião de ver aquando da visita municipal que se efectuou, cujo projecto demorou 2 anos a ser concluído. Mas mais, Sr. deputado (Palma Rita), não me peça que, numa obra que está avaliada no mínimo em 500.000 cts, seja feita sem qualquer tipo de apoio, não havendo neste momento qualquer garantia de tal. Para que se possa apresentar uma candidatura aos fundos comunitários é preciso ter o projecto acabado e o concurso lançado na fase da adjudicação, significando isto compromissos assumidos. Isto é realismo e verdade. Quem continuar a prometer o Salão Central para o próximo ano é demagogo, porque a Câmara de Évora não tem dinheiro para esse fim.

Também se falou aqui do montante ridículo de 20.000 euros para a Casa da Música, pois é bom que se saiba que o mesmo é para fazer a obra da sua instalação eléctrica que não existe, uma vez que não está licenciada e onde alguém com responsabilidades meteu centenas de jovens durante dias e dias com uma baixada eléctrica ligada a um quadro de obra, tornando o local altamente perigoso.

Pasma-se muito que não haja no Orçamento uma verba para os parques de estacionamento, para os autocarros ecológicos, etc.. Isto acontece por uma razão muito simples: porque a CME incorpora uma empresa, na qual detém capital maioritário, chamada SITEE, que só tem dado prejuízos e que estava tecnicamente falida, tendo essa incumbência passado para a mesma. Todos os investimentos que estavam previstos para a mobilidade em anteriores Planos de Actividades e Orçamentos foram transferidos para o SITEE.

Porque é que a A.M. ainda não foi informada sobre onde vai ser o Parque de Feiras e Exposições ? Porque isso faz parte da proposta do PDM, não sendo lógico antecipar o respectivo debate público, mas posso adiantar que a Vereação tomou opções acerca do processo. Por exemplo, o complexo não se vai situar onde estava previsto (entre o Parque Industrial e o Bairro de Almeirim). Porquê ? Porque não cabe lá ! Para tal é preciso uma área de 50 hectares, que é aquilo que está projectado no PDM, numa localização excelente, mais próxima do centro urbano da cidade e com melhor coerência urbanística. A área que estava planeada não tinha projecto nem estudo de impacto ambiental, sendo a dita destinada à expansão do Parque Industrial.

Com a Biblioteca Pública acontece o mesmo, a qual será construída mas não no Rossio de S. Brás, que não será um ponto de acolhimento de operações de especulação imobiliária que gerem receitas de 6.000.000 cts. O mencionado local será um parque urbano público de recepção dos visitantes da cidade e de fruição da população.

No que respeita à Informação Turística, dou a conhecer que as câmaras do distrito de Évora são os únicos municípios do país que contribuem para a Comissão Regional de Turismo, sendo de relevar que a Região de Turismo local recebe desta edilidade à volta de 14.000 cts/ano, o que nos leva a ponderar se será este o caminho que a CME deve seguir, porque estar a pagar tal valor para promoção turística e depois não se ver nem sinalização nem divulgação do sector, é algo que nos dá que pensar.

Com referência ao Complexo Desportivo Municipal, está projectado que o mesmo seja desenvolvido em 2 fases compostas por: A primeira – Uma pista de atletismo com 8 corredores e com todas as condições para a prática da modalidade, com 1 bancada para 1500 lugares, com balneários e outros equipamentos necessários; Segunda – Um terreno relvado adequado para a prática do futebol, com bancadas em maior número, sem exageros, instalações de apoio, pavilhões, etc.. Porque é que se optou por isto ? Porque é para isto que temos dinheiro nesta 1ª fase, visto que a nossa candidatura ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Euro/2004 foi rejeitada. Apesar de tudo, Sr. deputado Palma Rita, ainda conseguimos uma coisa: vamos todos ver a divulgação do evento contemplar Évora, com um panorama da Praça de Giraldo, que vai ser adequada a simular um campo de futebol, onde a imagem de Évora vai correr mundo.

Porque é que não aparecem alguns investimentos na área do saneamento básico ? Pelo seguinte motivo: A CME integra um sistema multimunicipal de águas e saneamento. Tudo o que são as expansões da rede em baixa estão previstas aí, nomeadamente nas freguesias de S. Miguel Machede, de N^a Sra. de Machede, de Guadalupe e de Boa-Fé. A empresa constrói todo o sistema em alta, ou seja, tudo o que são ETAR's, depósitos de água e condutas de captação até ao depósito são da responsabilidade da dita, para a qual esta autarquia participou com 80.000 cts o ano passado e vai liquidar mais de 80.000 no exercício vigente. Se não fosse assim hoje não tínhamos um tostão de financiamento para concluir as obras, pelo que, desta forma, vamos ter o problema da água resolvido.

Relativamente à questão de que 90% da revisão do PDM estava terminada, eu gostava de saber aonde é que foram buscar esse número, dado que isso não corresponde à realidade. Aliás, a CME utilizou tudo o que havia para aproveitar e já fomos elogiados por isso. Quem percebe o que é preparar um PDM sabe perfeitamente que não é possível produzir um Plano novo no prazo de 1 ano. Nós apresentámos a nossa proposta em Fevereiro, 1 ano depois de termos tomado posse, na Comissão de Coordenação, tendo nós aproveitado o trabalho que já estava realizado, ao qual introduzimos, naturalmente, algumas alterações estratégicas. Olhe (Sr. Lourido), por exemplo, o alargamento dos perímetros urbanos das freguesias rurais não estava previsto na V. proposta (da CDU). Agora é que estão tão preocupados com a expansão ? Vão à V. proposta e vejam como tratavam as freguesias rurais e o desenvolvimento urbano da cidade. Como promoviam e continuavam a fomentar a concentração dos terrenos nas mãos de poucos de forma a permitir a especulação imobiliária.

Por último, Sr. deputado José Piteira quero confessar-lhe que fiquei surpreendido com a sua intervenção, porque o Sr. tem sido um Presidente de Junta muito objectivo na reivindicação dos interesses da sua Freguesia. É bom que saiba que temos definido prioridades e que N^a Sra. de Machede não tem sido prejudicada, pelo contrário, devido às suas necessidades objectivas, que durante anos foram esquecidas. O Sr. sabe o que foi feito na remodelação do caminho de S. Vicente de Valongo, que está a ser executado o projecto de alargamento da estrada que liga N^a Sra. de Machede a Santa Susana, que foi assinado, no presente exercício, um protocolo para a construção de uma rotunda na aldeia, que está planeada a edificação da casa mortuária, que está prevista a chegada da água da rede à estação, o que está projectado em relação à erecção da ETAR, quanto a edilidade investiu para acabar a obra do centro de dia, que estava parada há muito tempo, etc.. Sr. Presidente, todos nós temos o direito de zelar pelos interesses dos munícipes e de exigir junto de quem de direito, mas reivindique com justiça e com frontalidade”.

Em virtude de ter compreendido, aquando da apresentação deste ponto por parte do Dr. José Ernesto, que os projectos do programa Pólis, adjudicados pela Vereação anterior, tinham tido receita e não despesa, o Sr. José Mateus solicitou ao designado eleito que esclarecesse a situação.

“O programa Pólis é uma espécie de contrato-programa estabelecido entre o O.G.E. e os municípios com um co-financiamento previsto em 50%. Com a assinatura desse acordo as câmaras têm direito a auferir 10% do valor do mesmo, sendo que a edilidade eborense recebeu, em Novembro de 2001, cerca de 185.000 cts, os quais foram gastos não sei aonde, com certeza que bem, pelo que nós agora



temos que efectuar a obra com menos esta importância”, explicou o Sr. Presidente da CME de imediato.

Respondendo à argumentação exibida pelo Dr. José Ernesto, o Sr. José Piteira enunciou: “A posição que tomei em relação à minha ausência da sala tem a ver, em concreto, com a comparação que fiz entre os documentos de 2003 e 2004 e eu gostava que o Sr. Presidente da Câmara me dissesse qual é a obra que vem mencionada para o próximo ano que não conste nas GOP do actual exercício. Não há uma única. A minha atitude é a de que estes Plano e Orçamento já foram votados por mim em 2003. O Sr. não me ouviu dizer que a autarquia não tinha apoiado as instituições e a Junta de N^a Sra. de Machede, somente me ouviu declarar que as rubricas são as mesmas”.

Contraopondo às teses expostas pelo orador antecedente, o Sr. Presidente do Município exprimiu: “Peço desculpa mas eu tenho de lhe chamar a atenção que eu acabei de dizer que está calculada, para 2004, uma verba global destinada a arruamentos novos, à casa mortuária, ao projecto e construção da estrada que liga N^a Sra. de Machede a Santa Susana e à edificação da ETAR. Agora se me disser que algumas das obras transitam do exercício vigente para o próximo, isso é verdade, porque não estão terminadas ou não estão pagas. Olhe, por exemplo, tem aí a estrada de S. Vicente de Valongo que já está concluída e não está liquidada e é por isso que tem que constar no Orçamento para 2004”.

Não pretendendo mais alguém usar da palavra, o Sr. Presidente colocou as Grandes opções do Plano à votação, tendo as mesmas sido aprovadas por maioria, com vinte votos do PS a favor, seis votos contra da CDU e quatro abstenções, sendo duas do PSD e duas da CDU.

Passando à votação do Orçamento, a Mesa apurou vinte votos do PS a favor, seis votos contra da CDU e quatro abstenções, pertencendo duas ao PSD e duas à CDU.

INTERVENÇÕES DO PÚBLICO

Transitou-se posteriormente ao período reservado à assistência, tendo-se verificado a intervenção do **munícipe Domingos Chumbo**, natural da Vendinha, que afirmou: “*Numa das últimas reuniões da Junta de Freguesia de S. Vicente do Pigeiro foi dito por alguém ligado à mesma que havia falta de vontade e de empenho da Câmara para com minha aldeia. Questionei o respectivo Presidente, que não foi capaz de me dar uma resposta concreta. Eu desafiei-o para vir aqui hoje mas ele não apareceu. Não tenho dúvidas nenhuma de que se existe falta de interesse, de determinação ou de vontade política é única e exclusivamente do citado Presidente de Junta, a qual se tem verificado ao longo dos anos e hoje vejo, com tristeza, que Vendinha está no «fundo da tabela» e ele, na minha perspectiva, é o principal responsável, tanto assim que este ano as sessões ordinárias da Assembleia de Freguesia não foram efectuadas. Enviei uma carta à Sra. Presidente do referido Órgão a expor o assunto e depois, à pressa, lá se realizou uma reunião. As razões plausíveis que me apresentaram não tinham razão de ser e faço saber que até ao momento ainda não recebi qualquer convocatória para a 4^a assembleia de Freguesia obrigatória.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Na minha óptica, Vendinha precisa de obras visando o seu desenvolvimento e o bem estar da população”.

“A questão que suscitou relativamente ao funcionamento da Assembleia de Freguesia terá que ser dirimida, pelas formas legais, nos órgãos competentes.

Quanto às obras previstas para 2004 na Freguesia, por certo que o Sr. Presidente da Câmara irá adiantar alguma coisa”, frisou o Sr. Presidente logo após.

Então, o **Dr. José Ernesto** respondeu: *“Irei pronunciar-me somente sobre o aspecto das obras.*

Está prevista, no Plano para o próximo exercício, a recuperação de vários arruamentos, a edificação da casa mortuária, o arranjo urbanístico do largo central da aldeia, a sinalética da mesma e, no âmbito do PDM, a expansão urbana de modo a possibilitar mais construção e a criação de uma pequena zona destinada às actividades empresariais. Também está planeada a melhoria das instalações do parque escolar e o arranjo das casas de banho públicas situadas no largo principal”.

Tomou depois a palavra o **cidadão Francisco Costa**, Presidente da Associação de Estudantes da Universidade de Évora, que disse: *“A Associação sofreu este ano um estrangulamento financeiro da parte do IPJ, sendo que a Secretaria de Estado da Juventude e dos Desportos tem responsabilidade política sobre a situação. É um processo que já leva 6 meses e, neste momento, à agremiação não lhe resta outra solução senão encerrar as portas, uma vez que há salários em atraso. A Instituição tem vindo a cancelar, desde Junho, uma série de acções, tendo prescindido, em Setembro, dos treinadores que organizavam e enquadravam todas as actividades desportivas dentro da Universidade. A AEUE foi deliberadamente prejudicada e sofreu tratamento desigual em comparação com as suas congéneres, existindo prova física disso, dado que possuímos um longo relatório que entregámos na Provedoria de Justiça. Fui ontem notificado que a Associação não iria receber o seu subsídio ordinário porque não entregou a documentação completa, podendo eu provar que isto não é verdade. Por ser um caso político eu venho aqui apresentá-lo e o que é certo é que, independentemente das observações que possam aqui ser produzidas, a agremiação irá fechar as suas portas em Janeiro”.*

Perante o atrás exposto, o **Sr. Nuno Lino** asseverou: *“Preocupa-me bastante o que se está a passar com a AEUE, a qual assegura todo o desporto universitário local e o pagamento dos treinadores. Ao não se ter procedido à liquidação do subsídio, pôs-se em causa o desporto de todos os estudantes da UE. Isto suscita-me uma questão: será o indeferimento deste subsídio uma retaliação à Associação de Estudantes pela sua luta contra o valor das propinas e da falta de condições da Universidade” ?*

Por sua vez, o **Sr. Rui Grilo** pronunciou: *“Foi com muita apreensão que ouvi aquilo que foi aqui relatado pelo actual Presidente da AEUE. Tendo eu já exercido funções como presidente da referida Instituição e tendo, posteriormente, na minha carreira profissional, tido responsabilidades no Conselho de Administração do IPJ e na própria Secretaria de Estado da Juventude, nos processos*



de atribuição de subsídios às associações de estudantes, parece-me que este caso é, no mínimo, pouco claro e creio, pelo impacto que o dito tem ao nível do concelho e da cidade, que se justifica que seja acompanhado por esta Assembleia e pelo Executivo municipal”.

Seguidamente a **Sra. D. Carmen Balesteros** afirmou: “A situação que o Francisco aqui trouxe aparenta ser extremamente preocupante para todos nós, para a autarquia e para a cidade, porque uma Instituição, que move cerca de 8.000 alunos, ficar sem uma estrutura como é a Associação de Estudantes é algo que nunca me tinha passado pela ideia. Eu gostaria, se fosse possível, que o Francisco apresentasse a esta Assembleia o resultado das diligências que fez junto dos órgãos representativos e directivos da UE, na medida em que, supostamente, existirá uma posição por parte da respectiva reitoria.

No seguimento do que disse o Sr. R. Grilo, eu sugiro que se crie um grupo de acompanhamento ou de trabalho desta A. M. para apresentar propostas para se tentar resolver a situação ou, até, para servir de interlocutor entre as partes”.

Depois, o **Sr. António Serrano** proferiu: “Como docente da UE, eu próprio não tinha noção da gravidade do processo.

Por outro lado, gostaria que o Sr. deputado Palma Rita tivesse enfiado esta carapuça, já que enfiou há pouco uma que não lhe era dirigida e como ao longo dos trabalhos tem tomado tal atitude para defender o Governo, e sendo este assunto claramente da responsabilidade do mesmo, deveria assumir esse gesto”.

O **Sr. Presidente** manifestou a sua profunda apreensão pelo problema narrado pelo Sr. Francisco Costa, acrescentando seguidamente: “Temos que distinguir nesta situação dois planos:

- A vertente jurídica, que será tratada quando e no local próprio;
- E o plano político, que passa por uma gravíssima suspeição que foi aqui lançada por um munícipe de Évora, que eu não quero sequer admitir que possa ter fundamento, em torno duma retaliação levada a cabo por uma determinada organização.

Nesta conformidade, eu proporia desde já, sem prejuízo de qualquer atitude que venhamos a tomar no futuro, que ficasse mandatado o Presidente da A. M. para pedir ao membro do Governo da tutela um esclarecimento formal. Posso considerar tacitamente aprovada esta orientação” ?

Todos os presentes concordaram com o alvitre do Sr. Presidente.

Atendendo à solicitação formulada pela Sra. D. Carmen Balesteros, o **Sr. Francisco Costa** adiantou: “Eu tenho documentação que prova que a Associação foi tratada com desigualdade, a qual foi entregue na Provedoria de Justiça, tendo eu até pedido audiências às bancadas parlamentares e, estranhamente, as únicas duas de que não recebi resposta foram as do PSD e do CDS/PP.

Importa frisar que a Inspeção Geral das Finanças pediu uma vistoria à AEUE, a qual vai ser feita na próxima segunda-feira. Nós não temos problemas de espécie alguma, visto que trabalhamos com profissionais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Pelas dívidas que tínhamos, nós pretendemos, em devido tempo, ter acesso a um crédito bancário, até porque temos um bom relacionamento com uma instituição do ramo, mas isso precisava dum aval e este não foi dado.

É também de enaltecer que o ano passado o IPJ elogiou, publicamente e por escrito, a reestruturação administrativa e financeira que nós tínhamos iniciado, para além de termos tido projectos alternativos de financiamento, que foram todos vetados pelas entidades competentes.

Quero também relevar que em 2 anos a Associação viu, através do financiamento da Universidade, o seu orçamento diminuído em cerca de 45%”.

Voltando à utilização da palavra, o **Sr. Presidente da Câmara** salientou: “Eu penso que a proposta que o Sr. Presidente da Assembleia fez é o caminho próprio que a autarquia, no seu conjunto, deve tomar. De qualquer maneira, não queria deixar de, em nome da Câmara Municipal, patentear a minha solidariedade para com a AEUE e a nossa modestíssima disponibilidade para aquilo que entender como oportuno, desde que não sejam meios financeiros”.

Findo este apontamento, e constatando a inexistência de mais inscrições para debate, o Sr. Presidente deu por fechado o período de tempo destinado ao público.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O colectivo aprovou em minuta e por unanimidade os pontos 1, 2, 3, 5, 6, 7 e 9 da ordem de trabalhos da presente acta, nos termos do n.º 3 do art.º 92º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão pelas vinte e uma horas e trinta e dois minutos, da qual e para constar se lavrou esta acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

(Acta aprovada por maioria, na sessão de 30/04/04, com 32 votos a favor e 2 abstenções)